

ACTA Nº12

-----Acta da Reunião da Sessão Ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 28 de Fevereiro de 2011. -----

-----Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, pelas dezoito horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em Sessão Ordinária, sob a Presidência do Senhor Carlos Manuel Simões das Neves, secretariado pelos Senhores Manuel Marcelino dos Santos Manangão e Maria da Graça Matias Gadelho, com a seguinte **Agenda de Trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação de actas de reuniões anteriores;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Período de “Antes da Ordem de Trabalhos”;** -----

-----**D – Período da “Ordem de Trabalhos”;** -----

-----**PONTO UM: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA e), DO Nº 1, DO ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;** -----

-----**Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

-----Senhor Rogério Simões, Senhor Jorge Luís Nunes Oliveira, Senhora Susana Maria Ferreira Gravato, Senhor Carlos Guilherme Freire Pereira e Senhora Catarina da Rocha Nunes de Oliveira, eleitos na lista do Movimento VAGOS Primeiro; -----

----- Senhor Juan Carlos Ferreira Martins, Senhora Leane Silva Leite, Senhor Rui Manuel de Almeida Neto, Senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, Senhora Madalena Marques dos Santos Simões Pinho, Senhor Carlos Augusto da Silva Francisco, Senhor Paulo Alexandre Pinho dos Santos, Senhora Maria de Fátima da Cunha Coelho moço, Senhor André de Jesus Pinho e Senhor Francisco José Ferreira São Marcos, eleitos na lista do Partido Social Democrata; -----

-----Igualmente compareceram os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Senhor César Ferreira Ribeiro, Calvão; Senhor Albano Manuel de Jesus Gonçalves, Fonte de Angeão; Senhor Silvério de Jesus Rua, Ponte de Vagos; Senhora Maria Fernanda de Jesus de Almeida Oliveira, Ouca; Senhor Cláudio André dos Santos Curto, Santa Catarina; Senhora Maria Dulcília Martins Sereno, Santo André de Vagos; Senhor Fernando Julião, Santo António de Vagos e Senhor Carlos Alberto Soares da Costa Pereira, Vagos. -----

-----Faltaram à presente Sessão os seguintes membros da Assembleia Municipal: O Senhor Joaquim Pires Plácido, Senhor Paulo Ricardo Corticeiro de Sousa Moreira e Senhora Dália Maria de Jesus Batista. -----

-----Faltou à presente Sessão o Presidente de Junta de Freguesia de Covão do Lobo, Senhor Licínio Custódio Ramos, Presidente de Junta de Freguesia da Gafanha da Boa-Hora, Senhor Manuel José Ferreira Bogalho e o Presidente de Junta de Freguesia de Soza, Senhor João Carlos Regalado Loureiro. -----

-----Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora Albina Maria de Oliveira Rocha. -----

-----**A – Apreciação e votação de actas de reuniões anteriores.**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a apreciação a acta número nove da reunião de 24 de Setembro de 2010.-----

-----Não havendo intervenções a acta foi submetida a votação e aprovada por maioria com a 22 (vinte e dois) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 1 (uma) abstenção.-----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa.**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foi enviada fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre 29 de Dezembro de 2010 e 28 de Fevereiro de 2011.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia pediu à segunda secretária, Senhora Graça Gadelho, para ler um ofício remetido pela FENPROF, cujo a cópia ficará anexada à presente acta, para ser analisado e, se assim o entenderem, ser submetido a votação pelos membros desta Assembleia.-----

-----Após a leitura do documento o Senhor Presidente da Assembleia informou de que o solicitado é a subscrição, pela Assembleia Municipal, deste manifesto, colocando o assunto a discussão se os Senhores Deputados, aqui presentes, assim o entenderem.-----

----- O Senhor Deputado Jorge Luís Oliveira entendeu que como este não é um ponto da Ordem de Trabalhos não pode ser submetido a votação. Por outro lado submeter o assunto a discussão também não parece o mais correcto atendendo a que nenhum dos presentes está muito elucidado do teor do documento. O Senhor Jorge Luís é de opinião que apenas deve ser dado conhecimento aos membros da Assembleia Municipal.-----

-----Segue-se o Período “Antes da Ordem do Trabalhos”.-----

-----**C – Período “Antes da Ordem do Trabalhos”**-----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Luís Oliveira para colocar algumas questões que pretende ver esclarecidas: a primeira, prende-se com o facto de saber se já foi emitida alguma licença, pelo Município, para a exploração da Pedreira em Ouca da INARCE. A segunda, é se já foi concluído o concurso de admissão das Auxiliares de Acção Educativa. A terceira, prende-se com a situação, que tem vindo a público, agora com maior acuidade, uma vez que foi notícia nos jornais e houve intervenção da GNR, relativamente à EPADRV – Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos. O Senhor Deputado quer saber se o Município sabe o que se passa em concreto, se tem sentido algum apelo para, através do Pelouro da Acção Social, apoiar os sessenta Santomenses que frequentam a Escola e que estão a manifestar-se com dificuldades de ordem financeira, para além de que há outras pessoas nacionais e nossos conterrâneos a queixarem-se de não estarem a receber os respectivos subsídios. Continuando, refere que sabe que este é um assunto mais direccionado para a EPADRV mas como o Conselho Municipal da Educação vai reunir brevemente e, uma vez que, a Câmara tem uma relação com a Escola Profissional, para além da responsabilidade em todo o Município. Se existem sessenta estrangeiros de um País de Expressão Oficial Portuguesa a manifestarem-se, e para as quais é chamada a GNR, é importante que o Executivo Camarário e os Membros da Assembleia Municipal possam acompanhar o que se vai passando. Entretanto, o Senhor Deputado aproveita para informar os presentes de que, por motivos profissionais, não teve oportunidade de participar no Congresso da

Região, mas quer congratular a iniciativa que, segundo lhe chegou ao conhecimento, teve aspectos muito importantes para o desenvolvimento da Região dos quais o nosso Concelho também poderá beneficiar, apesar de ser o terceiro com menor execução financeira nos projectos comunitários, só ultrapassado pelos Municípios de Anadia e Murtosa, mas que poderá sempre beneficiar daquela Organização e desta mostra que foi feita da Região ao País. A quarta e última questão prende-se com a representação do Município na MAIS VAGOS, mais exactamente com o facto de saber se ainda se mantém na Assembleia Geral o secretário da Assembleia Municipal, Senhor Manuel Manangão. Continuando, pretende saber se foi tomada alguma diligência no sentido de obter um parecer sobre essa matéria ou se não foi tido em conta a similitude com a questão do Presidente da Assembleia Municipal, porque se por um lado a Câmara está na Direcção daquela empresa através do Dr. Rui Cruz, que nem sequer está na qualidade de Presidente da Câmara, por outro lado aquela, que é mesmo representação do Município, é que está na Assembleia Geral da Empresa e que é representado por alguém que é membro da Assembleia Municipal e, segundo o Senhor Deputado, isso não faz nenhum sentido e pode vir a trazer problemas no futuro, como aliás já havia sido alertado relativamente à situação do Dr. Carlos Neves, entretanto resolvida. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado André Pinho para manifestar o seu descontentamento a algumas decisões do Governo relativamente ao Concelho de Vagos, mais concretamente na Freguesia de Calvão. Começou por fazer referência à A17 que inicialmente foi projectada como uma alternativa ao itinerário da EN 109 e agora foram introduzidas portagens. Outra questão levantada pelo Senhor Deputado tem a ver com o encerramento da Extensão de Saúde de Calvão que, não se manifestando de todo contra, atendendo aos encargos financeiros que acarreta, deviam ter sido previstas alternativas atempadamente, para não causar tantos transtornos à população sobretudo às pessoas mais idosas. Ainda há muitas pessoas em Calvão que não têm Médico de Família, porque o número de vagas nos Centros de Saúde alternativos não são suficientes. Continuando, refere-se à situação do Colégio Diocesano de N^a Sr^a da Apresentação de Calvão cujo financiamento não está a ser cumprido conforme o acordado, como é de conhecimento público. Em jeito de conclusão o Senhor Deputado refere que todas estas questões não estão a contribuir nada para o desenvolvimento do Concelho de Vagos, antes pelo contrário, e pretende saber se o Senhor Presidente da Câmara está a tomar diligências na tentativa de resolver as situações, nomeadamente na questão do Centro de Saúde e do Colégio. Outra questão, referida pelo Senhor Deputado, prende-se com a EPADRV, sendo ele Professor neste Estabelecimento de Ensino tem a seu cargo alguns alunos Santomenses que estão a passar por algumas dificuldades, uma vez que há três meses que não recebem o subsídio vindo do Estado, conforme havia sido prometido, o que não está a ser cumprido, quer em relação aos Santomenses quer com outros alunos que usufruem desse apoio e que, neste momento, não o têm, nomeadamente transporte e alimentação. Obviamente que a Escola está a fazer tudo o que lhe é possível para que os alunos tenham o mínimo de condições necessárias para prosseguirem as aulas mesmo não sendo fácil. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Rogério Simões para se congratular com a publicação do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude e questionando o Senhor Presidente da Câmara para quando a instalação do mesmo. Solicita, também, esclarecimentos relativamente à alteração dos

pelouros por parte do Executivo Camarário, uma vez que não é feita qualquer referência na comunicação do Senhor Presidente, embora não seja obrigado a fazê-lo o Senhor Deputado gostaria de saber qual foi a redefinição que fez. Continuando, o Senhor Deputado pede esclarecimentos relativamente a um aterro que está a ser feito junto à ETAR da SIMRIA, na Rua da Fonte, uma vez que este está a ser feito numa zona de REN, mesmo junto a Vala Real, e a não ser que tenha algum licenciamento especial não lhe parece muito correcta a sua execução. Por último, faz referência ao saneamento em Santa Catarina para dizer que foi feito um levantamento do tapete e uma reposição, presumindo que não foi feito nenhum ensaio daquela tubagem, como já havia sido alertado anteriormente nesta Assembleia. O Senhor Deputado refere que tem dúvidas sobre as condições da tubagem das águas pluviais em alguns daqueles troços que foram lá colocados e que considera “um tapa olhos”. O tapete foi lavado e foi repostos mas os assentamentos que se verificam são exagerados e, no seu entender, aquelas tubagens não estarão bem. Se os ensaios não foram feitos daqui a algum tempo estará, outra vez, partido. Questiona, ainda, sobre a conclusão das obras de saneamento. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelos Senhores Deputados. Relativamente ao Concurso das Auxiliares de Acção Educativa informou os presentes de que ainda não está concluído e foi recentemente dada resposta ao último Recurso Hierárquico interposto. Neste momento, os quatro Recursos Hierárquicos interpostos estão nas mãos do Senhor Jurista para se pronunciar e após passam para a pessoa que hierarquicamente tem a competência para os decidir, ou seja, o Presidente da Câmara Municipal. Relativamente à representação do Município na Assembleia Geral da MAIS VAGOS foi dado conhecimento ao seu Presidente do parecer da CCDD e até à data ainda não se obteve qualquer indicação de alteração, por parte da Assembleia Geral, daí presumirmos de que se mantêm tudo na mesma. Contudo, o Senhor Presidente da Câmara irá confirmar junto do Senhor Presidente da Assembleia Geral qual o ponto de situação, até porque não houve mais nenhuma Assembleia Geral onde esse assunto pudesse ser objecto de discussão. Quanto às portagens estão a transportar um novo problema que é a empresa de cobrança, que não se sabe se é em nome próprio ou em nome do Estado português. A empresa está neste momento a cobrar duplamente as portagens que uma pessoa paga ou por via verde, ou na estação de correio, ou por outro meio e que depois chegam via notificação com custos administrativos superiores ao valor da própria portagem, integrando nesse pagamento as já pagas. Não estão a cumprir a disponibilização dos próprios valores de portagem de passagem para que possam ser pagos nos cinco dias úteis, imediatamente a seguir à passagem. Para além deste problema junta-se também o facto da não requalificação da EN109, nomeadamente nas margens e guardas da Ponte da Água Fria. É apenas um apontamento de um projecto global que ficou por fazer e que era suposto ser feito como contrapartida das portagens na A17. Relativamente ao Contrato de Associação com o Colégio de Calvão estão a ser efectuadas várias iniciativas juntamente com os pais, os professores e com a Direcção do Colégio. No entender do Senhor Presidente isto só se consegue resolver com uma alteração da Política Governativa. Quanto ao encerramento das Extensões de Saúde é um pouco igual, escudando-se na capa dos pedidos de aposentação para dizer que as mesmas não estão a ser encerradas. No fundo o que está aqui em causa é uma política economicista de redução de custos com os serviços de proximidade onde não existe, sequer, uma rede de transportes

que permita aceder de forma fácil aos Centros de Saúde, ao Hospital de Aveiro ou a outras Extensões de Saúde dentro do próprio Território Municipal. De acordo com o Senhor Presidente são questões de Política e a Autarquia está a trabalhar para que este impacto seja o menos negativo possível na população do Concelho de Vagos quer no caso do Contrato de Associação com o Colégio de Calvão quer em relação encerramento das Extensões de Saúde. No que se refere à instalação do Conselho Municipal de Juventude esta só poderá acontecer após a aprovação do Regulamento que terá de ser submetido a votação na Assembleia Municipal. Neste momento está em Consulta Pública. No que diz respeito ao aterro junto à Estação Elevatória e aos ensaios do Saneamento em Santa Catarina são trabalhos que ainda não foram recebidos, de qualquer modo o Senhor Presidente compromete-se a averiguar junto do Chefe de Divisão de Infra-estruturas e Ambiente qual o ponto do situação das referidas obras. Quanto ao prazo para conclusão da ETAR é curto e apenas terá surgido algum atraso devido às condições climáticas, mas brevemente estarão concluídos os trabalhos. Relativamente aos alunos Santomenses o Senhor Presidente da Câmara dá a palavra a Senhora Vereadora da Educação Albina Rocha. -----

-----A Senhora Vereadora da Educação informa de que há quatro anos, ainda no outro Executivo, ao abrigo do Acordo de Geminação que o Município tem com Mezochi, foi pedido pela Direcção da EPADRV um subsídio durante dois anos em que a Câmara Municipal atribuiu 5 000, 00€ (cinco mil euros). Entretanto, por decisão da Escola deixaram de pedir subsídio e a Senhora Vereadora questionou o Presidente da Direcção, Professor Fernando, sobre esse assunto ao que ele respondeu que não era necessário. Contudo, no início deste ano lectivo um Representante dos alunos Santomenses fez chegar a todos os elementos do Conselho Geral um alerta de que não estavam a receber o subsídio. Assim sendo, a Vereadora Albina tentou saber junto da Escola e da Direcção Regional da Educação o que é que se estava a passar. Neste seguimento, foi informada de que os subsídios estavam atrasados mas estavam a contar que eles fossem disponibilizados. Entretanto, não houve mais nenhuma reunião do Conselho Geral, desde essa altura, a não ser na sexta-feira, anterior ao que se passou, onde a Senhora Vereadora colocou novamente a questão dos subsídios dos alunos, que não são só Santomenses embora em termos de necessidades são os que estão com mais problemas, e ninguém lhe soube dar qualquer resposta. Continuando, informou de que estava numa reunião quando foi questionada por um órgão de comunicação social relativamente à situação e aos subsídios dos alunos da EPADRV. Perante tal cenário entendeu a Senhora Vereadora solicitar uma reunião do Conselho Geral e até agora ainda não obteve resposta. Entretanto, telefonou para a DREC que informou de que, do que eles conheciam, os subsídios já teriam sido entregues às Escolas mas que iriam averiguar e posteriormente informavam a Câmara Municipal. Até à presente data não disseram nada e voltou a pedir outro Conselho Geral que mais uma vez ainda não foi marcado. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder à questão do Senhor Deputado Rogério Simões no que se refere à alteração de Pelouros no caso da Vereadora Cláudia Oliveira, referindo que há um despacho que justifica essa alteração ao exercício de uma competência própria num exercício de avaliação das competências por parte dos Senhores Vereadores. -----

-----Interveio, o Senhor Deputado Jorge Luís para reforçar a questão delicada pelo qual estão a passar os alunos da EPADRV e pedir que haja um acompanhamento próximo do desenrolar da situação, principalmente em relação aos Santomenses que estão longe da sua terra e este é o único apoio que têm. Se estão cá é porque há um Acordo de Geminação e faz todo o sentido que a Câmara e a Assembleia Municipal acompanhem de perto a situação para evitar um desenrolar de problemas. O Senhor Deputado volta a questionar o Senhor Presidente da Câmara relativamente à exploração de inertes em Ouca, da INARCE, e a outra questão sobre a representação do Município na Assembleia Geral da MAISVAGOS, ou seja, se o município mantém como seu representante um membro da Assembleia Municipal, numa situação, no entender do Senhor Deputado, que pode vir a causar problemas no futuro desenvolvimento da Empresa e às decisões que ela tomar. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para informar de que ainda não foi emitida nenhuma licença de exploração de inertes no processo da INARCE. Relativamente à segunda questão, completando o que já disse, a Câmara Municipal não exonerou o membro nomeado para a Assembleia Geral da MAIS VAGOS. -----

-----De imediato o Senhor Presidente da Assembleia, deu início ao **Período da “Ordem de Trabalhos”**, submetendo a apreciação o Ponto Um: -----

-----**PONTO UM: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA e), DO ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;** -----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia Municipal a actividade municipal, no período compreendido entre 29 de Dezembro de 2010 e 28 de Fevereiro de 2011-----

-----Deu, ainda, a conhecer a informação financeira à data de 22 de Fevereiro de 2011, bem como os processos pendentes em Tribunal, em que o Município de Vagos é parte e que envolvam eventual responsabilidade financeira. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia dá a palavra ao Senhor Deputado Jorge Luís. -----

-----O Senhor Jorge Luís usou da palavra para questionar o Senhor Presidente da Câmara relativamente às ocorrências de gestão do Município durante o período da última Assembleia Municipal e esta tem algumas faltas nomeadamente a questão colocada pelo Senhor Deputado Rogério Simões em relação à alteração de pelouros no Executivo Camarário. No entender do Senhor Jorge Luís esta devia ser uma informação formal e dada à Assembleia, uma vez que foi uma decisão tomada e confirmada em Reunião de Câmara e tem a ver com a reorganização dos pelouros. Até porque não há ninguém mais interessado que a Assembleia Municipal em conhecer quem é quem no Executivo e portanto fazia todo o sentido vir referido nesta informação essa alteração. No que se refere ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude o Senhor Deputado defende que já devia ter vindo à Assembleia à muito tempo e lamenta que se faça mais uma Sessão em Fevereiro, que é obrigatória por lei, que tenha só um ponto da Ordem Trabalhos, o da apreciação da comunicação escrita do Presidente da Câmara, e que podia ter sido incluído aqui para ir a votação. Continuando, lamentou o facto de haver um processo no Tribunal, Transitado em Julgado, que foi ao Supremo Tribunal referente a um munícipe que sofreu um acidente de viação em que há responsabilidade do Município e uma condenação do mesmo para pagar uma indemnização de 115 000,00€ (cento e quinze mil euros). Trata-se de um assunto que já tem pelo menos

uns dez anos e que ainda não foi pago, mesmo depois do Município ter sido condenado a pagar e de o processo ter transitado em julgado. No entender do Senhor Deputado não se compreende esta atitude lamentável. Seguidamente, refere o processo da SIMRIA em que, de acordo com a informação, já se encontra fixada a data para realização da audiência do julgamento, que já esteve marcada e a Instância foi suspensa. Portanto, há aqui uma informação que é contraditória referente ao processo nº 994/09 e que o Senhor Deputado gostaria de saber qual o ponto da situação desta questão e do débito que é reclamado à Câmara Municipal. Relativamente à análise financeira gostaria de saber se os valores apresentados, nomeadamente as dívidas à banca, incluem o valor total, daquela que foi uma previsão constituída, relativo ao processo da RIAVAGOS. Para ser mais preciso o Senhor Deputado quer saber se a dívida, neste momento, entre fornecedores e banca, e que é de treze milhões e meio de euros, inclui a dívida referente a este processo. -----

-----Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para informar de que o que se está a negociar, neste momento, é o quanto é que deve a SIMRIA ao Município de Vagos e quanto é que o Município de Vagos deve à SIMRIA. É obvio que aquilo que se deve à SIMRIA é fácil de avaliar pelo valor das facturas. O valor que a SIMRIA deve e vai dever, porque há uma parte que está vencida e outra é vincendo e está neste momento a ser tratado. Portanto, dentro em breve haverá um acordo escrito entre a SIMRIA e o Município de Vagos em que serão apurados os valores em dívida compensados em função dos créditos existentes. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Deputado Jorge Luís para solicitar ao senhor Presidente da Câmara que seja mais preciso na resposta que deu, ou seja, a dívida neste momento de fornecedores e banca não é de treze milhões e meio de euros mas sim na ordem dos dezassete milhões e quatrocentos mil euros. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara informou de que relativamente à dívida à banca foram amortizadas três prestações suspensas em virtude do Recurso Extraordinário de Revisão e isso foi comunicado à Caixa Geral de Depósitos que aceitou e agora terá que ser retomada a amortização da dívida. Está agendada uma reunião com a Caixa Geral de Depósitos para saber os termos em que se processa o seu início e a sua inscrição orçamental. -----

-----Encerrado o Período da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a reunião à intervenção do público. -----

-----Não havendo público para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da acta. -----

-----De imediato o segundo secretário, Senhora Maria da Graça Matias Gadelho, procedeu à leitura da minuta da acta da presente sessão. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da acta a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta Sessão, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelos Membros da Mesa. -----

-----**O Presidente,** _____

-----O Primeiro Secretário, _____

-----O Segundo Secretário, _____